

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi

CNPJ 01.222.009/0001-22
Sede: Núcleo Cidade de Deus, Predio Prata, 4º Andar, Vila Yara, Osasco, SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi ("Sociedade"), relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

Em 31 de dezembro de 2024, a Sociedade registrou Lucro Líquido do Exercício de R\$ 64.280 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 888.908 mil e

Ativos Totais de R\$ 918.778 mil. A Política de distribuição de dividendos da Sociedade assegura o dividendo mínimo de 1% do lucro líquido aos acionistas, conforme previsto em seu Estatuto Social.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Diretoria

BALANÇO PATRIMÔNIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil
Table with columns: Ativo, Circulante, Não Circulante, Realizável a Longo Prazo, Ativos Financeiros, Outros Ativos, Passivo, Capital Social, Reservas de Lucros, Outros Resultados Patrimoniais, Total do Passivo e Patrimônio Líquido.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil
Table with columns: Recitas Operacionais, Despesas Operacionais, Resultado Financeiro, Resultado antes da Tributação sobre o Lucro, Lucro Líquido do Exercício, Lucro Líquido Básico por Ação.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil
Table with columns: Saldo em 31/12/2023, Eventos, Saldo em 31/12/2024.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil
Table with columns: Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais, Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos, Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil
Table with columns: Lucro Líquido do Exercício, Resultado antes da Tributação sobre o Lucro, Lucro Líquido do Exercício, Lucro Líquido Disponível.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Em milhares de reais

1) CONTEXTO OPERACIONAL
A Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi ("Sociedade") é uma Sociedade que tem por objetivo exclusivo a aquisição de créditos oriundos de operações de empréstimos, de financiamentos e de arrendamento mercantil.

2) POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS
As demonstrações financeiras da Sociedade, foram elaboradas da forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2024.

3) BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
As demonstrações financeiras foram preparadas com base em informações contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo quando aplicável.

4) AVALIAÇÃO DE ATIVOS FINANCEIROS
Ativos financeiros são aqueles que são mensurados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado, incluindo juros ou receita de dividendos.

5) OUTROS ATIVOS
São representados por recebíveis e são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Sociedade se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

6) DESPESAS ANTICIPADAS
São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, juros diretos de benefícios ou prestação de serviços ocorrido em períodos futuros, sendo registradas no resultado de acordo com o regime de competência.

7) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO
O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço.

8) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES, FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

9) PATRIMÔNIO LÍQUIDO
a) Lucro por ação
A Sociedade apresenta dados de lucro por ação básico. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuído aos acionistas da Sociedade pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias adquiridas pela Sociedade e mantidas em tesouraria.

10) DIVIDENDOS
A distribuição de juros sobre o capital próprio aos dividendos para os acionistas da Sociedade é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras, no período em que a distribuição é providenciada por eles, ou quando a distribuição dos juros sobre o capital próprio/dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Sociedade.

11) RECONHECIMENTO DA RECEITA
CPC 47 - Recetas de contratos com Clientes - requer que o reconhecimento de receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para clientes por um montante que reflete a expectativa da Sociedade de ter em troca os direitos desses bens ou serviços.

2)10) RECONHECIMENTO DA RECEITA
A Sociedade reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Sociedade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Sociedade.

2)11) RECONHECIMENTO DA RECEITA
A Sociedade reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Sociedade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Sociedade.

2)12) RECONHECIMENTO DA RECEITA
A Sociedade reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Sociedade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Sociedade.

2)13) RECONHECIMENTO DA RECEITA
A Sociedade reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Sociedade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Sociedade.

2)14) RECONHECIMENTO DA RECEITA
A Sociedade reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Sociedade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Sociedade.

2)15) RECONHECIMENTO DA RECEITA
A Sociedade reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Sociedade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Sociedade.

2)16) RECONHECIMENTO DA RECEITA
A Sociedade reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Sociedade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Sociedade.

2)17) RECONHECIMENTO DA RECEITA
A Sociedade reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Sociedade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Sociedade.

2)18) RECONHECIMENTO DA RECEITA
A Sociedade reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Sociedade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Sociedade.

2)19) RECONHECIMENTO DA RECEITA
A Sociedade reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Sociedade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Sociedade.

2)20) RECONHECIMENTO DA RECEITA
A Sociedade reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Sociedade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Sociedade.

2)21) RECONHECIMENTO DA RECEITA
A Sociedade reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Sociedade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Sociedade.

2)22) RECONHECIMENTO DA RECEITA
A Sociedade reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Sociedade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Sociedade.

2)23) RECONHECIMENTO DA RECEITA
A Sociedade reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Sociedade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Sociedade.

2)24) RECONHECIMENTO DA RECEITA
A Sociedade reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Sociedade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Sociedade.

2)25) RECONHECIMENTO DA RECEITA
A Sociedade reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Sociedade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Sociedade.

2)26) RECONHECIMENTO DA RECEITA
A Sociedade reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Sociedade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Sociedade.

2)27) RECONHECIMENTO DA RECEITA
A Sociedade reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Sociedade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Sociedade.

2)28) RECONHECIMENTO DA RECEITA
A Sociedade reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Sociedade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Sociedade.

2)29) RECONHECIMENTO DA RECEITA
A Sociedade reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Sociedade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Sociedade.

2)30) RECONHECIMENTO DA RECEITA
A Sociedade reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Sociedade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Sociedade.

2)31) RECONHECIMENTO DA RECEITA
A Sociedade reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Sociedade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Sociedade.

2)32) RECONHECIMENTO DA RECEITA
A Sociedade reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Sociedade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Sociedade.

2)33) RECONHECIMENTO DA RECEITA
A Sociedade reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Sociedade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Sociedade.

2)34) RECONHECIMENTO DA RECEITA
A Sociedade reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Sociedade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Sociedade.

2)35) RECONHECIMENTO DA RECEITA
A Sociedade reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Sociedade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Sociedade.

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi

CNPJ 01.232.069/0001-22
Sede: Núcleo Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º Andar, Vila Yara, Osasco, SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Em milhares de reais

8) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado no montante de R\$ 603.450 (2023 - R\$ 603.450), é dividido em ações nominativas-escrituras, sem valor nominal.

Table with columns for 2024 and 2023, and sub-columns for 'Em 31 de dezembro'. Rows include Ordinárias, Total, Reservas de lucros, Reservas de lucros, Reserva legal (1), and Reserva estatutária (2).

(1) Constituída obrigatoriamente a base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do Capital Social realizado, ou 30% do Capital Social, acrescido das Reservas de Capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A Reserva Legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de moeda operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 55% do Capital Social Integralizado.

Em observância ao que dispõe o artigo 192 da Lei nº 6.406/76, juntamente com as demonstrações financeiras, será apresentada proposta sobre a destinação do resultado a ser dada ao lucro líquido do exercício. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassar o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos (artigo 199).

c) Dividendos

Conforme disposições estatutárias, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio/dividendos que correspondem no mínimo a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei societária. A Assembleia deliberará sobre a destinação do resultado do exercício.

Os cálculos dos dividendos, relativos aos exercícios de 2024 e 2023, estão demonstrados a seguir:

Table with columns for 2024 and 2023, and sub-columns for '% (1)'. Rows include Lucro líquido do exercício, Reserva legal, Base de cálculo, and Dividendos propostos.

(1) Percentual dos dividendos aplicado sobre a base de cálculo.

9) OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

Table with columns for 2024 and 2023. Rows include Recuperação de créditos, Reversão de perdas por redução do valor recuperável de empréstimos e adiantamentos a clientes, Descontos concedidos em renegociações de créditos, and Total.

10) RESULTADO FINANCEIRO

Table with columns for 2024 and 2023. Rows include Rendimento de aplicações em letras financeiras, Rendimento de aplicações em fundos de investimentos, Juros sobre impostos a compensar, Despesas financeiras, and Total.

11) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Table with columns for 2024 and 2023. Rows include Contribuição à Cofins, Contribuição ao PIS, Impostos e taxas, and Total.

12) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Table with columns for 2024 and 2023. Rows include Doações e patrocínios, Serviços do sistema financeiro, Edifícios e publicações, Serviços de terceiros, Outras, and Total.

13) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) No curso habitual das atividades e em condições de mercado são mantidas pela Sociedade com partes relacionadas, tais como contas bancárias e aplicações financeiras com controlador indireto (Banco Bradesco S.A.), controladores diretos (Seren Participações em Imóveis S.A. e Banco Bradesco IBI S.A.) e empresas coligadas do controlador indireto detém participação acionária.

A Sociedade na realização de seus negócios e na contratação de serviços, realiza cotações e pesquisas de mercado tendo por critério a busca pelas melhores condições técnicas e de preços. Essas operações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

A tabela a seguir incluem os saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, discriminados por modalidade de contrato, controlador e empresas coligadas do controlador, bem como as movimentações relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

Table with columns for 2024 and 2023, and sub-columns for 'Ativo/(Passivo)' and 'Recálculo/(Despesa)'. Rows include Caixa e equivalentes de caixa, Banco Bradesco S.A., Letras Financeiras - LF, Dividendos a pagar, Rendimento de aplicações em LF, and Banco Bradesco IBI S.A.

A Sociedade é parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Sociedade.

14) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social:

Table with columns for 2024 and 2023. Rows include Exercícios findos em 31 de dezembro, Resultado antes do imposto de renda e contribuição social, Efeito no cálculo dos tributos, Imposto de renda e contribuição social do exercício, and Total.

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social:

Table with columns for 2024 and 2023. Rows include Impostos correntes, Imposto de renda e contribuição social devidos, Contribuição social em exercício sobre diferenças temporárias, Total dos impostos diferidos, Imposto de renda e contribuição social do exercício, and Total.

c) Ativos fiscais diferidos

Table with columns for 2023 and 2024. Rows include Outras provisões, Total dos ativos fiscais diferidos, and Total.

d) Previsão de realização dos ativos diferidos sobre diferenças temporárias

Table with columns for 2023 and 2024. Rows include 2023, 2024, and Total.

A projeção de realização de ativos diferidos é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

Todos os ativos fiscais diferidos da "Sociedade" foram devidamente ativados.

a) Impostos e contribuições a receber: No montante de R\$ 24.001 (2023 - R\$ 25.237) referem-se, ao PIS de R\$ (2023 - R\$ 55), Cofins de R\$ 374 (2023 - R\$ 337), Imposto de Renda de R\$ 23.040 (2023 - R\$ 24.809) e Contribuição Social de R\$ 526 (2023 - R\$ 36).

b) Obrigações Fiscais Diferidas

Table with columns for 2023 and 2024. Rows include 2023, 2024, and Total.

15) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não há processos com riscos cíveis, fiscais e trabalhistas avaliados como perda possíveis ou prováveis; b) A Sociedade não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023; e c) Não houve eventos subsequentes que requeriam ajustes ou divulgações, para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2024.

A DIRETORIA

Diretor Geral: Cassiano Ricardo Scarpelli; Diretores: Oswaldo Tadeu Fernandes, Vinicius Pinaro

Marco Antonio Cunha de Santana
Consultor - CRC 199/000349-09

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conlujo, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossa conclusão está fundamentada nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
Comunicamos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2025.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 251-02768/JO-0F

Vinicius Maximo
Consultor CRC SP284-64/0-0

